A CORDIALIDADE NA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817

NILO PEREIRA

Tôda revolução tem o seu espírito e não apenas a sua letra. O espírito da revolução pernambucana de 1817 — resultante também da sua letra, das suas proclamações, da sua ordenação jurídica — é o de cordialidade. É preciso vê-la como um capítulo da psicologia brasileira, psicologia cordial da nossa gente, e como uma página, a seu modo, de habilidade política dos seus dirigentes. Nem a cordialidade nem a habilidade — virtudes também brasileiras — lhe tiram a beleza, a significação do martírio dos seus heróis: heróis sem medo e sem mancha. Se algum “revisionismo” fôsse possível nessa revolução, que é bela também pela sua coerência, seria o que a História já fêz há muito tempo: lançar por terra argumentos de historiadores que não hesito em chamar “aulicos”, como Varnhagen ou Pereira da Silva, que, a respeito da revolução pernambucana de 1817, escreveram para agradar à Côrte e não para dizer a verdade.

Sem pretender ser original, tentarei uma interpretação psicológica do movimento de 17 à base do sentimento brasileiro de cordialidade.

“Já se disse numa expressão feliz — escreve Sérgio Buarque de Holanda no seu livro RAÍZES DO BRASIL, 3a. edição, pág. 209 — que a contribuição brasileira para a civilização será a cordialidade — daremos ao mundo o “homem cordial” — salienta bem, repetindo a expressão de Ribeiro Couto em carta dirigida a Alfonso Reyes. Trata-se dum estilo brasileiro que faz parte da nossa personalidade. Isso nunca nos privou do heroísmo com que está marcada a nossa História. Um heroísmo generoso como êsse que encontro na Revolução de 1817, nos documentos que ela deixou, no seu espírito humanitário e fraterno. Nada mais chocante, por isso, do que ver a Côrte

reagir ante essa generosidade com uma justiça sanguinária, descompassada, que é um doloroso contraste com a cordialidade da Revolução.

Em defesa dessa tese pretendo analisar a Revolução pernambucana de 1817 sob o ponto de vista, repito, psicológico, nos seguintes aspectos:

- a) — A Ordem administrativa; o regime estabelecido; as proclamações;
- b) — A ordem político-social. Um apêlo a tôdas as classes. O problema da escravidão. Formação duma opinião política;
- c) — A ordem jurídica. A Lei Orgânica. O problema dos europeus naturalizados. A justiça social e a liberdade de imprensa.

Tratando-se de simples palestra, e não de ensaio, está claro que êsses itens serão apenas sumariados. São um roteiro para encontrar na Revolução o seu espírito, o seu sentimento, a sua habilidade, a grandeza do seu apostolado político no contexto da vida brasileira, tumultuada, mas cordial. Para o Reino pesou apenas o chamado crime de lesa-majestade; mas para nós, brasileiros, havia nesses "Patriotas", que os documentos oficiais portugueses chamavam "homens empestados", uma profunda intuição da nossa psicologia, uma vivência interior que não era simples habilidade, mas cordialidade, o espírito que vivifica a própria Revolução.

a) — *A Ordem Administrativa*

As revoluções são geralmente imprevisíveis, no seu início, se alcançam o Poder. São suscetíveis de violência. Nabuco disse que, sem os exaltados elas não podem ser feitas, e com êles não se pode governar. Umas são apenas o instinto de vingança, a morte dos inimigos. Vitoriosa a Revolução pernambucana de 1817, preso o governador, a palavra oficial, em lugar da vindita, prega a concórdia. Teria sido o momento trágico do mata-mata-marinheiro, a revanche histórica, se, acima de tudo, o espírito cordial não houvesse ditado os primeiros pro-

nunciamentos, pondo uma nota de fraternidade onde havia injustiça e opressão.

O govêrno instaurado com a vitória do movimento tinha que ordenar a revolução. É o momento supremo do equilíbrio sem concessões, da serenidade sem tibiezas. Não há dúvida de que, nessa hora decisiva, em que as palavras têm de ser medidas, o padre Miguelinho deu de si mesmo o melhor do seu temperamento, da sua arte política. Como ninguém, refere Dias Martins, soube unir a sua atividade à prudência. A revolução escapa à demagogia. Na primeira proclamação do Govêrno Provisório — note-se que o Govêrno, sendo provisório, denotava que não tinha ambição do poder — as expressões oficiais são duma cordialidade a tôda prova. Não é possível transcrever tôda essa Proclamação, que é longa; mas atentemos nessa expressão, que diz o essencial: "Tudo se fêz em um instante; tudo foi obra da prudência, e do patriotismo". E remata: — "A Pátria é a nossa mãe comum, vós sois seus filhos, sois descendentes dos valorosos Lusos, sois Portuguezes, sois Americanos, sois Brasileiros, sois Pernambucanos". Tem-se a idéia dum conagraçamento, dum apêlo a todos, para que cooperem na grande obra democrática que estava começada.

Era o Govêrno revolucionário lançando as bases duma Democracia étnico-social fundamentada na união de todos os homens capazes de compreender a mutação política; um pedido de ajuda, em suma.

A bandeira da nova República exprime êsse sentimento, que não é de cautela, mas de união. A princípio, foi um estandarte todo branco, cuja cor, segundo Tollenare, não vinha ao acaso: tinha por objetivo — acentua Pereira da Costa (*Anais Pernambucanos, vol. VII, pág. 412*) — tornar menos brusca a transição e apresentavam-na como símbolo de intenções pacíficas. A descrição que Tollenare faz da bandeira é exata. O arco-iris é precisamente o símbolo dessas intenções pacíficas, desfraldadas numa cidade rebelada, insubmissa, mas atenta ao perigo dos excessos.

O Padre Dias Martins — *Mártires Pernambucanos, 1853*, pág. 49, afirma que o Govêrno Provisório pôs fim a tôdas as distinções odiosas: "não admitindo outras, que não sejam as do talento, virtude e patriotismo". O ambiente de segurança, em

que se empenhava o Govêrno republicano, era uma preocupação dos patriotas. Quando, em outros documentos, sentiu necessidade de repetir êsses propósitos, mostrava que não temia os europeus — expressão muito em voga — por três motivos, assinalados pelo padre Dias Martins (*Mártires*, pág. 51): — 1.º pelas alianças recíprocas dos matrimônios; 2.º por serem pais e parentes de tantos bravos patriotas; 3.º por serem inocentes nos vícios do extinto Govêrno. Essas razões mostravam, por parte do Govêrno Provisório, a intenção quase sentimental com que se conduzia numa hora de extremos, quando tudo pode acontecer se a palavra oficial não é prudente, sem ser medrosa, e não é acolhedora, sem deixar de ser enérgica. Um século depois da Revolução Pernambucana de 1817, quando, por Decreto n.º 459, de 23 de fevereiro de 1917, assinado pelo Governador Manuel Borba e referendado pelo Secretário Geral, Prof. Andrade Bezerra, o Govêrno do Estado restabelece a bandeira dos Patriotas de 17 e converte-a em Bandeira de Pernambuco, êsse Documento, de grande significação política, é todo êle uma exaltação aos altos ideais humanitários da Revolução. As Proclamações e a Bandeira mostram que o movimento não era feito por “lobos”, como diria mais tarde a Côrte portuguesa, por homens que apenas tiveram o atrevimento de divergir de D. João VI, como afirmava Varnhagen, mas por homens cordiais, cuja tarefa democrática tinha um lastro humano que impedia a violência.

b) — *A Ordem Político-Social*

Como disse, êsses ítems são apenas sumariados para uma palestra ligeira, que pretende sugerir uma interpretação psicológica da Revolução.

Tem-se falado muito em motivação nativista dêsse movimento. O nativismo não esgota a Revolução pernambucana de 1817. Ela não é apenas um choque entre pernambucanos e lusitanos. Traz essa herança, sem dúvida; mas ultrapassa o ressentimento colonial; é uma ordem político-social que se funda, um regime, uma conjuntura histórica que faz de Pernambuco Província pioneira no ideal republicano proclamado. 1817 é a República, o sonho liberal realizado, a etapa decisiva que,

como remate de secretas conspirações, escapou à perspicácia de Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Para êle os mações apenas se divertiam — a expressão é sua — em jantares, nas lojas, nas Academias. O nativismo tomara forma concreta de patriotismo. A denominação de “Patriotas”, dada aos revolucionários de 17, e da qual tanto garbo faziam, não vinha ao acaso: êles designavam com isso, claramente, uma situação política específica. Era uma Pátria que nascia, sob a forte emoção criadora do ideal republicano proclamado em forma de regime antecipadora da própria Independência. Não importa que, em 1822, tivéssemos sido Império: o ideal de 1817 era de autonomia e de liberdade. O mais importante na Revolução pernambucana de 1817 estava nisso: ela era uma opinião política. Trazia consigo os ideais nativistas da Restauração Pernambucana até o 6 de março de 1817 — uma corrente de idéias que se foi formando como consciência libertadora. Seríamos libertados pela desobediência, desde a Restauração, quando se desobedeceu ao Rei para melhor servir ao Rei, até 1822. Mas 17, em Pernambuco, é uma opinião, sufocada é verdade, mas bastante forte, inclusive como fator emocional, para impor até o fim — cinco anos depois — a Independência. Antes disso um fato ocorre com uma significação extraordinária, que nem sempre é registada. Nas Côrtes de Lisboa, em 1821, Muniz Tavares, historiador coevo da Revolução, profere, à véspera por assim dizer da Independência do Brasil, veemente discurso contra a prisão sumária de brasileiros, tidos como implicados no atentado a Luiz do Rêgo. Nesse memorável discurso pediu que fôssem postos em liberdade “os míseros pacientes” e terminava, categórico: — “Tome-se estrita conta ao déspota, quando voltar; e renove-se a ordem para o seu solícito regresso. Se assim obrardes, Senhores, unireis mais, e mais os Brasileiros à Causa que tão herôicamente haveis proclamado; a Justiça é a única sólida base dos Governos”. (Muniz Tavares, — *História da Revolução de Pernambuco em 1817*, terceira edição, revista e anotada por Oliveira Lima, 1917). A proposição foi unanimemente aprovada. Que significava isso com relação a Luiz do Rêgo, que ligou o seu nome ao trucidamento dos heróis? Simplesmente que a Revolução de 1817 havia impôsto uma opinião, uma determinação política irreprimível. O regresso de

Luiz do Rêgo, já tardio, marcava a vitória do pensamento dos revolucionários pernambucanos, que ontem não podiam rebelar-se contra o Rei, mas agora podiam pedir, com absoluto êxito, que o seu representante se retirasse de Pernambuco!

A ordem político-social instaurada era um apêlo a tôdas as classes, entre as quais não se faziam distinções. A Democracia étnico-social que se formou, menos por decreto do que pelo próprio instinto nacional, é precursora desta que realizamos como um milagre de unidade e de coesão. Já houve quem dissesse que, se em 1822, houvesse sido proclamada a República com um Príncipe-Presidente, outra coisa não restaria fazer senão pôr em execução a República de 17, que não resultou apenas duma rivalidade, dum ressentimento, mas duma opinião política organizada e dinâmica, que levou o Brasil à sua Independência.

Nessa organização político-social o problema da escravidão, sob a forma duma solução progressiva, mostra, uma vez mais, como os revolucionários de 17 sabiam tratar um assunto tão grave — e que ao mesmo tempo não podia escapar ao imediato interesse duma República de tantas côres raciais — com a cordialidade e a prudência que vinham mantendo desde a primeira hora. Numa Proclamação que honra o Governo Provisório o problema é pôsto de maneira admirável. Os proprietários de terras e de escravos suspeitavam de soluções drásticas. Mas o Governo advertia contra a insinuação, mostrando dum lado que as propriedades, “ainda as mais opugantes ao ideal de justiça serão sagradas” e que “deseja uma emancipação, que não permita mais lavrar o cancro da escravidão: mas deseja-a lenta, regular, e legal”. Comenta Muniz Tavares: — “Bastava êsse ato do Governo Provisório para perdoar-lhe os seus erros”.

O que eu quero salientar, focalizando êsse problema de tamanha significação humana e econômica, é a serenidade e a elevação dos Patriotas, que, “senhores da situação, não deram um passo para soluções apressadas e demagógicas. Entre o proprietário de terras e os escravos estabeleceu-se então um vínculo de segurança que é o fruto da reflexão dos homens de governo: a lenta e progressiva emancipação, para que a economia não sofresse um colapso, que sofreria mais tarde, em 1888, e

a salvaguarda das propriedades. O alto senso dessa Proclamação faz pensar na clarividência dos revolucionários, que fundavam uma ordem político-social sem vinganças e sem agitação.

c) — *A Ordem Jurídica*

Por fim, a ordem jurídica em que se baseou a Revolução para disciplinar as paixões e os interesses. Nada faltou ao movimento de 1817 para ser ordeiro e pacífico. Mas as Proclamações não bastavam a essa disciplinação: eram advertências cordiais, humanitárias, algumas vêzes filosóficas. Raramente apelaram para as armas e muitas vêzes para o desarmamento dos espíritos. Procuravam nivelar as classes, sem quebrar as hierarquias. A substituição do tratamento de V. Excia. e V. Senhoria por vós — mais conectivo, mais simpático e mais cordial para o momento — era u’a maneira de aproximar o Governo das classes menos influentes, embora não tenha agradado a Muniz Tavares. O Projeto de Lei Orgânica, publicado no n.º XVIII do *Typhis Pernambucano* em redação definitiva, para a qual, por isso mesmo, remete Pereira da Costa o leitor, é o esbôço da Constituição que devia reger a nova República. Em ofício de 29 de março o Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva remetia o referido Projeto ao Juiz Ordinário e mais oficiais da Câmara de Olinda, a fim de que fôsse votado pelo povo de tôdas as classes sociais. O ato devia ser solene. Ofícios iguais foram dirigidos às demais Câmaras Municipais, a fim de que a sanção da Lei Orgânica fôsse proposta ao povo reunido em Câmara, como assinala Dias Martins. Vê-se por aí que o Governo Provisório, ao baixar normas constitucionais, não queria que fôssem só por si sancionadas. Interessava nelas o povo reunido em Câmara. O Projeto, por sua vez, teve longa elaboração, o que prova com que zêlo e meticulosidade foi escrito e como, por isso mesmo, ficou isento de paixões e vícios, que nessas horas não faltam. De fato, é um documento tranqüilo. Podia ser um decalque da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, da Revolução francesa de 1789. O que logo se sente no Projeto de Lei Orgânica é o realismo que o inspira. Trata-se nitidamente dum documento pernambucano e regional, feito para a hora que passa, considerando imediatamente os

problemas locais. Consta de 28 artigos, pouco enfáticos mesmo nas definições. Não cogita propriamente — acentua Oliveira Lima — da organização futura e definitiva da República. São disposições constitucionais transitórias, mas que, no seu todo, exprimem um anseio de justiça social e tributária, de harmonia, de paz, que a Província rebelada tanto desejava. A criação dum Colégio Supremo de Justiça, na Capital do Governo, (art. 15), a complexidade de funções dadas aos Juizes Ordinários e outras disposições mostram logo que o grande problema era o de fazer justiça — a justiça pela qual se haveria de confiar na nova ordem estabelecida.

Não há nenhum rancor nesse documento. Pelo contrário, há como que um apêlo à cooperação geral, inclusive dos estrangeiros. Para os naturalizados abre o art. 26 a perspectiva da entrada para os emprêgos da República, desde que ofereçam provas de adesão “ao partido de regeneração e Liberdade”, condição em que o citado dispositivo os considera como Patriotas. E o art. 25 sãbiamente antecipa, em Pernambuco, o princípio da liberdade de Imprensa consagrado nesses termos, que vale a pena relembrar: — “A liberdade de imprensa é proclamada, ficando o autor de qualquer obra, e seu impressor, sujeito a responder pelos ataques feitos à Religião, à Constituição, Bons costumes, e caráter dos indivíduos, na maneira determinada pelas leis em vigor”.

Numa época em que não havia ainda imprensa organizada — pois o primeiro jornal que houve, em Pernambuco, foi a *Aurora Pernambucana*, — a regulação do princípio, aplicável apenas aos avulsos, *Precisos* e documentos dessa natureza, saídos de prelo particular incipiente, é simplesmente notável. Denota que, em tudo, a nova República pugnava pela liberdade. No caso, a liberdade com responsabilidade perfeitamente definida.

Foi, assim, a Revolução pernambucana de 1817, coerentemente, do primeiro ao último dia, um brado de liberdade e de justiça. Nem mesmo quando a espada homicida do Leão Coroadado abre os acontecimentos, ou quando, já no fim, proclamada a Pátria em perigo, Domingos Teotônio Jorge lança um manifesto desesperado e ameaçador, perde o movimento o seu caráter cordial e pacifista. O primeiro é um ato individual; o segundo é uma intimidação romântica do Ditador, numa última deses-

peração, que nem sequer espera pela resposta do seu “ultimatum”. Retira-se vencido, mas honrado, pois, levando consigo os cofres públicos, devolve-os depois intactos.

Essa cordialidade dos Patriotas pernambucanos, essa fraternidade que está em palavras e atos, não foi correspondida pela justiça real, no Reino chamado unido. A rigor, nem éramos mais colônia. A idéia de vingança inspira a justiça implacável de Luís do Rêgo. O Hino Realista, assim intitulado: Hino cantado a duo e respondido por todos os circunstantes, fínda a execução de cada paciente — infernal cantata, como chama Dias Martins — começa de modo muito expressivo como idéia de vindita:

Vamos todos inspirados
Pelo Marte Tutelar,
Resgatar um povo aflito
O melhor dos reis vingar.

Em 28 de maio, quando aportava à Bahia uma sùmaca conduzindo os doze primeiros mártires da malograda República, cantava-se em sinal de desprezo:

Bahia é cidade.
Pernambuco é grotta.
Viva o Conde d'Arcos
Morra o Patriota.

Nessa “grotta” asilou-se uma consciência, um sentimento, uma alma que fariam, daí a pouco, a nossa soberania.

Sr. Presidente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano: Permita-me V. Excia. uma confissão. Eu conhecia a letra da Revolução, mas só agora conheço melhor o seu espírito de cordialidade. Essa Revolução é antes diminutiva que aumentativa. Diminutiva no sentido da vida e da linguagem brasileiras, como lembra Sérgio Buarque de Holanda, assinalando nessa forma afetiva de expressão e de tratamento o nosso modo de ser. Até o próprio Cristo é para nós diminutivo. Meu Jesus Cristinho! — do poema de Manuel Bandeira. Termine, por isso, dizendo que a Revolução Pernambucana de 1817 é a mais bela, a mais coerente e a mais cordial Revolução brasileira até à Independência.